

a era dos muros

como as barreiras entre nações estão
a mudar o nosso mundo

tim marshall

Tradução de Sérgio Gonçalves

Dedicado à minha mãe, Margaret McDonald,
e a uma vida a construir pontes

Créditos de imagens:

Página 20: iStock.com/real444; página 45: Herika Martinez/AFP/Getty Images; página 75: iStock.com/Joel Carillet; página 101: Ahmad Al-Rubaye/Stringer/Getty Images; página 123: STRDEL/AFP/Getty Images; página 151: Stefano Montesi/Corbis News/Getty Images; página 175: The Washington Post/Getty Images; página 207: Dan Kitwood/Getty Images

Mapas: JP Map Graphics Ltd

Fontes para os mapas: páginas 26 e 30: *The Economist*/Censo China 2010; página 51: Openstreetmap.org; página 62: Pew Research Center; páginas 107-108: CRS, Pew Research Center, CIA World Factbook; página 134: Diercke International Atlas; página 159: John Bartholomew & Co; página 220: BBC.

ÍNDICE

Introdução	11
1 O Grande Firewall: China	17
2 Construam esse muro!: EUA	43
3 Baseemo-nos nos factos: Israel e Palestina	73
4 Linhas na areia: O Médio Oriente	99
5 Um íman para migrantes: O subcontinente indiano	121
6 O Estado das Nações: África	149
7 Uma união cada vez mais próxima?: Europa	173
8 Os lamentos dos bretões: Reino Unido	205
Conclusão: Os espaços no meio-termo	231
Bibliografia	245
Agradecimentos	251
Índice Remissivo	253

INTRODUÇÃO

O muro fronteiriço entre Israel e a Cisjordânia encontra-se entre os mais proibitivos e hostis do mundo. Visto de perto, independentemente do lado em que nos encontremos, ele ergue-se do chão, avassalador e dominante. Perante tamanha extensão de aço e cimento, qualquer pessoa se sente diminuída não só pelo seu tamanho, mas por aquilo que o mesmo representa. Nós estamos de um lado; “eles” estão do outro.

Há trinta anos um muro caiu, inaugurando aquilo que parecia ser uma nova era de abertura e internacionalismo. Em 1987, o presidente Ronald Reagan dirigiu-se à Porta de Brandemburgo, numa Berlim dividida, e lançou um desafio ao seu homólogo na União Soviética: «Sr. Gorbachev, derrube este muro!» Dois anos mais tarde, o muro caiu. Berlim, Alemanha e, em seguida, a Europa estavam uma vez mais unidas. Naqueles tempos impetuosos, alguns intelectuais previram um fim da história. No entanto, a história não conhece fim.

Nos últimos tempos, o apelo «Derrube este muro» tem vindo a perder terreno para a «mentalidade de fortaleza». Luta por se fazer ouvir, incapaz de competir com a escalada assustadora da migração em massa, as reações contra a globalização, o ressurgimento do nacionalismo, o colapso do comunismo e os ataques do 11 de Setembro e respetivas consequências. São estas as linhas que irão moldar o nosso mundo ao longo dos próximos anos.

Há uma tendência para se ouvir bastante acerca do muro de Israel, do muro fronteiriço entre os EUA e o México, e alguns daqueles que existem pela Europa, mas aquilo de que muitas pessoas não se apercebem é que estão a ser construídos muros em fronteiras um pouco por toda a parte. É um fenómeno mundial, no qual o cimento foi misturado e o betão erguido sem que a maioria de nós sequer se apercebesse. Milhares de quilómetros de muros e cercas foram erguidos por todo o mundo, ao longo do século xx. Pelo menos sessenta e cinco países, mais de um terço dos Estados-nação do mundo, construíram barreiras ao longo das suas fronteiras; metade das que foram erguidas desde a Segunda Guerra Mundial surgiram entre o ano 2000 e o presente.

Só na Europa, dentro de alguns anos poderá haver mais muros, cercas e barreiras do que aqueles que havia no pico da Guerra Fria. Começaram por

separar a Grécia e a Macedónia, a Macedónia e a Sérvia, a Sérvia e a Hungria, e, à medida que nos fomos sentindo menos incomodados com cada extensão de arame farpado, outras se seguiram – a Eslovénia começou a construção na fronteira croata, os austríacos colocaram cercas entre si e a Eslovénia, a Suécia ergueu barreiras como forma de prevenção da imigração ilegal proveniente da Dinamarca, enquanto a Estónia, a Letónia e a Lituânia deram início às fortificações defensivas nas suas fronteiras com a Rússia.

Mas a Europa está longe de ser caso único: os Emirados Árabes Unidos construíram uma cerca ao longo da fronteira com Omã, e o Kuwait fez o mesmo com o Iraque. O Iraque e o Irão mantêm uma divisão física, tal como o Irão e o Paquistão – num total de 700 km. Na Ásia Central, o Uzbequistão, apesar de ser um país sem litoral, fechou-se dos seus cinco vizinhos, Afeganistão, Tajiquistão, Cazaquistão, Turquemenistão e Quirguistão. A fronteira com o Tajiquistão tem inclusivamente o terreno minado. E a mesma história repete-se, através das barreiras que separam o Brunei e a Malásia, a Malásia e a Tailândia, o Paquistão e a Índia, a Índia e o Bangladesh, a China e a Coreia do Norte, a Coreia do Norte e a Coreia do Sul, e assim sucessivamente por todo o mundo.

Estes muros contam-nos imenso acerca da política internacional, mas as ansiedades que representam transcendem as fronteiras dos Estados-nação em que residem. O propósito principal dos muros que vão aparecendo pela Europa é travar a onda de migrantes – mas também nos dizem muito acerca de divisões maiores e instabilidade na própria estrutura da União Europeia, bem com dentro dos seus países membros. O muro ao longo da fronteira EUA-México proposto pelo presidente Trump almeja pôr um fim aos migrantes provindos do Sul, mas também toca num medo maior que muitos dos seus apoiantes sentem acerca de alterações demográficas.

A divisão molda a política a todos os níveis – pessoal, local, nacional e internacional. Cada história tem dois lados, e o mesmo se passa com cada muro. É essencial estarmos conscientes daquilo que nos dividiu, e que continua a fazê-lo, de forma a compreendermos o que se está a passar no mundo de hoje.

Visualize o início da obra-prima de ficção científica de Stanley Kubrick, de 1968, *2001 – Odisseia no Espaço*, na sequência intitulada «A Aurora do Homem». Na savana africana da era pré-histórica, uma pequena tribo de proto-homens/macacos está a beber pacificamente de um bebedouro quando outra tribo aparece. Os indivíduos mostram-se bastante contentes em partilhar o recurso com o seu próprio grupo – mas não com aquela “outra” tribo.

Segue-se um confronto estridente, no qual o novo grupo consegue apoderar-se do bebedouro, forçando os outros a retirar-se. Naquela altura, se os recém-chegados tivessem o conhecimento para fazer alguns tijolos e misturar cimento, teriam resguardado a sua nova posse com um muro e tê-la-iam protegido. No entanto, tendo em conta que a ação se passa há uns quantos milhões de anos, viram-se forçados a lutar uma vez mais quando a primeira tribo regressou alguns dias mais tarde, de ossos em riste, para reclamar o seu território.

Desde os primórdios que prezamos o nosso espaço. Agruparmo-nos em tribos, sentirmo-nos alarmados perante a presença de muitos forasteiros e responder àquilo que vemos como ameaças são atitudes muito humanas. Criamos ligações importantes para a sobrevivência, mas também para a coesão social. Desenvolvemos uma identidade de grupo, e é frequente isso levar a conflitos com outras pessoas. Os nossos grupos competem por recursos, mas existe também um elemento de conflito de identidade – uma narrativa de “nós e eles”.

Nos primórdios da nossa história, éramos caçadores-recoletores: não nos tínhamos estabelecido, nem tínhamos adquirido recursos fixos que outros pudessem cobiçar. Depois, em partes do que hoje conhecemos como Turquia e o Médio Oriente, os humanos começaram a cultivar. Em vez de percorrerem longas distâncias para encontrar comida, ou de pastar gado, começaram a cultivar os campos e a esperar pelos resultados. Subitamente (no contexto da evolução), cada vez mais pessoas precisavam de construir barreiras: paredes e telhados para nos abrigarmos e ao nosso gado, cercas para marcarem o nosso território, fortalezas para onde nos pudéssemos recolher se o território fosse invadido, e guardas para proteger o novo sistema. Aqueles muros eram práticos – e regra geral funcionavam.

Tinha chegado a era dos muros e, desde então, essas grandes fortificações têm preenchido o nosso imaginário. Continuamos a contar uns aos outros histórias acerca dos muros de Troia, de Jericó, de Babilónia, da Grande Muralha da China, do Grande Zimbabué, da Muralha de Adriano, das muralhas Incas no Peru, de Constantinopla, entre muitas outras. Estendem-se através do tempo, da região e da cultura, até ao presente – mas agora estão eletrificadas, são ladeadas por holofotes e têm CCTV.

No entanto, estas divisões físicas são espelhos daquelas que existem na mente – as grandes ideias que guiaram as nossas civilizações e nos deram uma identidade e uma sensação de pertença –, como o Grande Cisma do Cristianismo, a divisão do Islão em sunitas e xiitas, e, na história mais recente, as batalhas entre o comunismo, o fascismo e a democracia.

O título do livro de Thomas Friedman de 2005, *O Mundo é Plano*, baseou-se na crença de que a globalização iria inevitavelmente aproximar-nos uns dos outros. Aumentou o comércio internacional: basta clicarmos num botão e alguém em Xangai tratará de colocar algo dentro de uma caixa e enviá-lo para nós – mas isso não significa necessariamente unidade. A globalização também nos inspirou a construir barreiras, especialmente após a crise financeira de 2008, em que o dinheiro se tornou escasso. Uma vez deparando-se com a percepção de ameaças adicionais – terrorismo, conflitos violentos, refugiados e imigração, a disparidade cada vez maior entre ricos e pobres –, as pessoas agarram-se com mais força aos seus grupos.

A nova era de divisão em que nos encontramos é espelhada e exacerbada pelos avanços no mundo digital. O cofundador do Facebook, Mark Zuckerberg, acreditava que os média sociais nos uniriam. Desde então já admitiu que estava errado. Em certos aspetos, aproximou-nos uns dos outros, mas simultaneamente deu voz e capacidade organizacional a novas cibertribos, algumas das quais dedicam o seu tempo a injetar invectivas e divisão por toda a World Wide Web. Hoje em dia parece haver mais tribos, e mais conflito entre si, do que alguma vez houve. A questão com que nos deparamos hoje é: que forma tomam as tribos modernas? Definir-nos-emos por classe, raça, religião ou nacionalidade? E será possível a coexistência entre essas tribos?

Tudo se resume a este conceito do “nós e eles” e aos muros que construímos nas nossas mentes. Por vezes, o “outro” tem uma língua ou cor de pele diferentes; uma religião diferente ou outro conjunto de crenças. Surgiu recentemente um exemplo disso quando eu estava em Londres com um grupo de trinta proeminentes jovens jornalistas oriundos de vários países, a quem eu estava a ajudar a dar formação. Eu tinha mencionado a guerra Irão-Iraque, na qual morreu quase um milhão de pessoas, e tinha utilizado a frase possivelmente indelicada «Muçulmanos a matar muçulmanos». Um jovem jornalista egípcio saltou da sua cadeira e disse em voz alta que não podia permitir que eu dissesse aquilo. Eu salientei as estatísticas daquela guerra terrível, mas ele respondeu:

– Sim, mas os iranianos não são muçulmanos.

Foi então que me caiu a ficha, juntamente com o coração. A maior parte dos iranianos é xiita, por isso perguntei-lhe:

– Está a dizer que os xiitas não são muçulmanos?

– Sim – respondeu ele. – Os xiitas não são muçulmanos.

Tais divisões não se resumem à competição por recursos, mas sim a uma alegação de que aquilo que pensamos é a única verdade, e aqueles que têm pontos de vista diferentes são menos importantes. Com tamanha certeza de

superioridade, os muros erguem-se rapidamente. Se a isso adicionarmos a competição pelos recursos, eles tornam-se ainda mais elevados. Parece termos chegado a esse ponto, nos dias que correm.

De várias formas, o mundo está muito melhor do que alguma vez esteve. Nas últimas décadas, centenas de milhões de pessoas foram retiradas da pobreza extrema; os números da malária estão a descer; a poliomielite quase foi erradicada; a mortalidade infantil está a diminuir. Preferiria viver no século XVI ou no século XXI? Apesar de todo o seu poder e riqueza, a rainha Isabel I sofreu muito mais com graves dores de dentes do que a maioria das pessoas no Ocidente alguma vez sofrerá. Mas estamos a colocar muito deste progresso em risco. A era pós-Segunda Guerra Mundial, que culminou com a queda do Muro de Berlim, abriu caminho para uma nova fase, na qual o centrismo é colocado sob cada vez mais pressão, enquanto as sirenes dos lados extremos se manifestam com maior intensidade. Não é que estejamos necessariamente a regredir, mas precisamos de compreender, reconhecer – e, por vezes, até mesmo aceitar – as divisões que existem, se quisermos trabalhar no sentido da unidade.

Ao longo deste livro utilizarei a palavra muros como forma abreviada para barreiras, cercas e divisões em todas as suas variedades. Olharemos, de facto, para muros físicos em cada capítulo, a maioria dos quais envolverá tijolos e argamassa, ou betão e arame, mas esses muros são o “quê” da divisão, não o “porquê” – e não passam do início da história.

Eu não consegui abordar todas as regiões divididas. Em vez disso, concentrei-me naquelas que melhor ilustram os desafios de identidade num mundo globalizado: os efeitos da migração (EUA, Europa, o subcontinente indiano); o nacionalismo enquanto força simultânea para unidade e divisão (China, Reino Unido, África); e as interseções da religião e da política (Israel, Médio Oriente).

Na China, vemos um estado-nação forte com uma série de divisões dentro das suas fronteiras – tais como agitações regionais e a disparidade de riqueza –, que representam um risco para a unidade nacional, ameaçando o progresso económico e o poder; por esse motivo, o governo tem de exercer controlo sobre o povo chinês. Os EUA também estão divididos, por motivos diferentes: a era de Trump exacerbou as relações raciais na Terra da Liberdade, mas também revelou uma divisão inigualável entre Republicanos e Democratas, que estão mais opostos do que nunca.

As divisões entre Israel e a Palestina estão bem estabelecidas, mas com tantas subdivisões dentro de cada população torna-se quase impossível tentar concordar numa solução. As divisões religiosas e étnicas também espalham

a violência pelo Médio Oriente, realçando a luta principal entre os xiitas e os sunitas – cada incidente é o resultado de fatores complexos, mas grande parte resume-se à religião, especialmente a rivalidade regional entre a Arábia Saudita e o Irão. No subcontinente indiano, os movimentos populacionais, agora e ao longo dos próximos anos, revelam a situação daqueles que tentam escapar à perseguição religiosa, bem como dos imensos refugiados económicos e climáticos.

Em África, as fronteiras deixadas pelo colonialismo mostram-se difíceis de reconciliar, com identidades tribais que permanecem fortes. Por toda a Europa, o próprio conceito da União Europeia está sob ameaça, à medida que os muros voltam a ser erguidos, provando que as diferenças dos anos da Guerra Fria não foram inteiramente resolvidas, e que o nacionalismo, na verdade, nunca desapareceu numa era de internacionalismo. E enquanto o Reino Unido deixa a União Europeia, o Brexit revela divisões por todo o reino – identidades regionais há muito estabelecidas, bem como as mais recentes tensões sociais e religiosas que se formaram numa era de globalização.

Numa altura de receio de instabilidade, as pessoas continuarão a agrupar-se, a proteger-se contra aquilo que percecionam como ameaças. Essas ameaças não vêm unicamente das fronteiras. Também podem vir de dentro – como a China bem sabe...

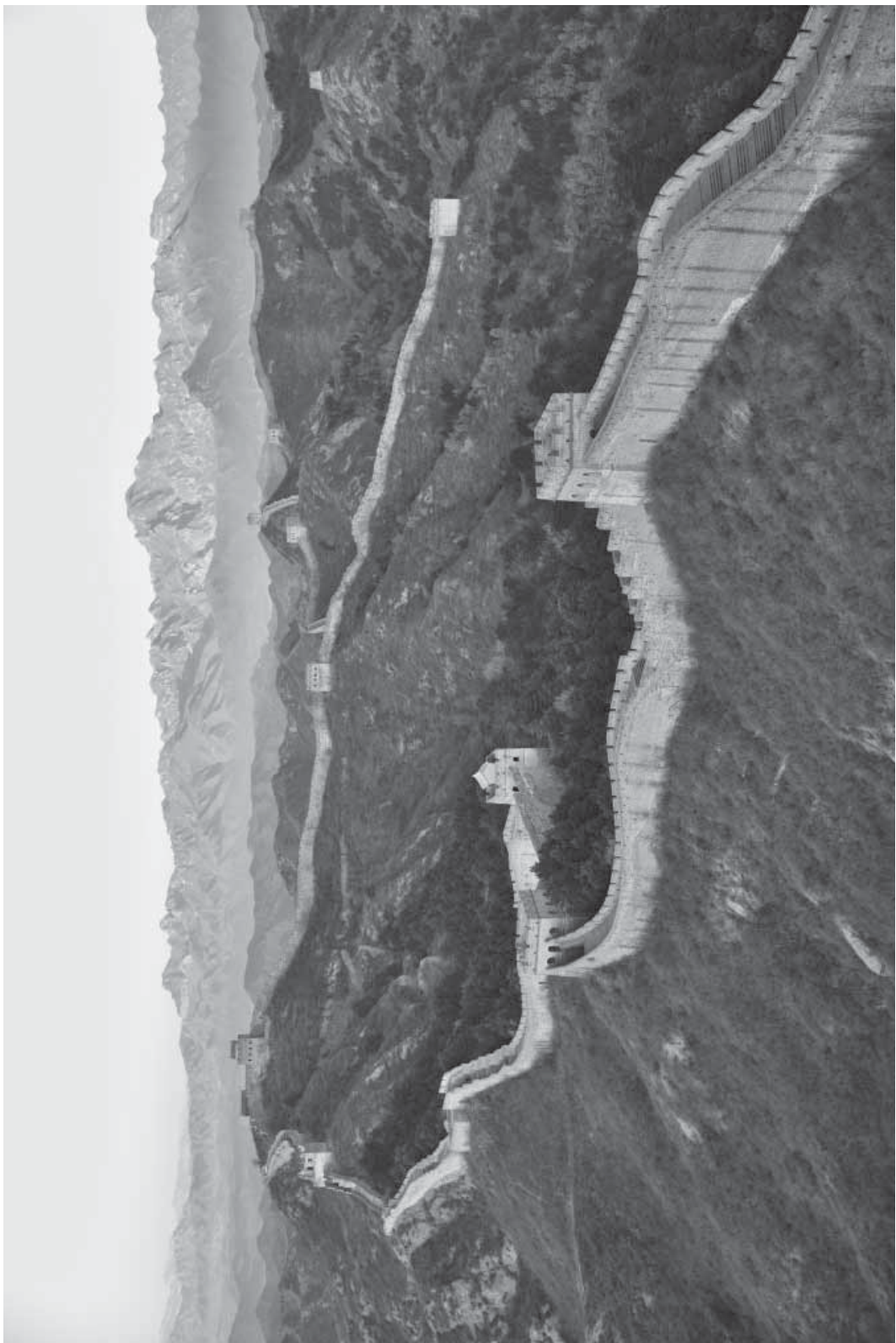
CAPÍTULO 1

O GRANDE FIREWALL

China

«Tal como no mundo real, a liberdade e a ordem
são ambas necessárias no ciberespaço.»

— PRESIDENTE XI JINPING



Página anterior: a Grande Muralha da China tem uma extensão de mais de 21 mil quilómetros, correndo ao longo da fronteira entre a China central e o interior da Mongólia.

Os imperadores chineses lutaram sempre no sentido de unir os seus reinos, díspares e divididos, num todo unitário. O presidente Xi Jinping não é diferente. Poderão não lhe chamar imperador, mas os seus títulos oficiais abrem o jogo: secretário-geral do Partido Comunista da China, presidente da República Popular da China, presidente da Comissão Central para o Desenvolvimento Militar e Civil – a lista continua. Ele não é meramente um Líder Supremo, é um Líder Muito Supremo.

Tudo sobre o que ele lidera é vasto, incluindo os desafios. Os cinco fusos horários geográficos da China correspondem a uma área do tamanho dos EUA. Dentro desse espaço vivem 1,4 mil milhões de pessoas etnicamente diversas, que falam dezenas de línguas diferentes; é um império multiétnico com características comunistas chinesas. Pode haver cinco fusos horários geográficos, mas apenas um é oficial. A resposta à pergunta «Que horas são?» é «As horas que Pequim disser». Esta regra central há muito que se aplica, mas o imperador do século XXI desfruta de um luxo de que poucos dos seus predecessores usufruíam. Ele pode inspecionar o seu império do ar – não apenas a área abrangida pelos Himalaias, o mar do Japão e o deserto de Gobi, ou o mar da China Meridional, mas todo o império económico que atravessa o globo.

Xi é bom a projetar o seu poder. Ele viaja mais do que muitos dos seus predecessores. Ele voa até às capitais do mundo, confiante no poder económico unido da nova China, mas a caminho do aeroporto ele será sempre lembrado de quão cuidadosos os líderes chineses sempre devem ser para se certificarem de que o centro se mantém firme. Para conseguirem isso, tornaram-se mestres em promover, de forma discreta, a unidade através da divisão.

À medida que se conduz pela via rápida do aeroporto à saída de Pequim, em direção à Grande Muralha da China, será difícil, num primeiro momento, para alguém de fora, aperceber-se das divisões dentro da população, mas depois vai-se tornando cada vez mais fácil. Xi consegue vê-las de imediato, porque muitas delas surgiram ao longo da sua vida, algumas inclusive sob a sua liderança.

Ao sair-se do centro da cidade, com os seus templos ao consumismo reluzentes e iluminados por luzes de néon, e os apartamentos luxuosos para os abastados, a estrada segue por quilómetros de apartamentos altos habitados pela crescente classe média. Mais adiante estão os trabalhadores das fábricas e

indústrias que, ano após ano, continuam a desertar do campo para a capital e outras grandes cidades. Qualquer local será capaz de indicar quais os prédios que abrigam os mais folgados, e quais foram construídos à pressa somente para lidar com a afluência. Uma vez chegados às cidades pequenas e às aldeias, poucos néones se veem e assiste-se a um menor comercialismo. Nesta parte da China, as cidades são locais esparsos, incolores e sem graça, com poucas comodidades; ao olhar de alguém externo, existe apenas uma sensação esmagadora de melancolia. Será esta, porventura, a maior divisão da China – a divisão entre o urbano e o rural, os ricos e os pobres –, e, como veremos mais tarde, é motivo de preocupação para o Partido Comunista governante. Os seus membros sabem que a unidade e a estabilidade da República Popular dependem, em grande parte, de conseguir encurtar essa distância, e que a sua mão de ferro no povo perderá a força se falharem esse desafio.

A unidade foi sempre crucial para o sucesso da China, e, ao mesmo tempo, foi sempre um dos seus maiores desafios. No passado, a única coisa a representar simultaneamente um papel físico e simbólico na unificação do país era a Grande Muralha da China. Se Xi continuasse pela via rápida, passando pelo aeroporto, acabaria por ir dar a uma autoestrada de oito faixas, em direção a nordeste, chegando a uma estrutura que dominou a imaginação do mundo.

À medida que nos aproximamos da secção Mutianyu da Grande Muralha, a autoestrada reduz para uma simples estrada de duas faixas, os edifícios tornam-se mais escassos e a paisagem mais verdejante. A uns quantos quilómetros da muralha, a estrada leva a um estacionamento onde temos de entrar num autocarro que nos leva ao final da estrada. Depois, ou se apanha um teleférico até ao topo ou se embarca numa caminhada íngreme de três quilómetros, possivelmente acompanhados por um rebanho de cabras. O passeio não guiado pelas cabras não é opcional – se as cabras nos quiserem seguir, seguem-nos; se não quiserem, não o fazem. Qualquer que seja a rota que se escolha, acabar-se-á por ver algo que faça o esforço valer a pena, sobremaneira.

Quando vi, pela primeira vez, os vastos quilómetros de alvenaria a serpentear ao longo dos topos das montanhas, não fiquei tão intimidado como tinha ficado, digamos, com o Grand Canyon. Nem me senti arrebatado, como quando subi ao edifício mais alto do mundo, o Burj Khalifa, no Dubai. Não senti qualquer emanar de ideologias políticas, como quando visitei o Muro de Berlim, no auge da Guerra Fria. Mas houve algo diferente. Senti, correta ou erradamente, que compreendia a China um pouco melhor do que antes.

Não me tornou qualquer perito na matéria – longe disso –, mas, naquele momento, passei a compreender muito melhor frases como «cultura antiga» e «o maior feito na história humana», bem como o conceito de que muita gente na República Popular ainda dividia o mundo entre aqueles que são chineses e aqueles que não o são. Afinal, a muralha foi construída tendo por base uma ideia bastante simplista: de um dos seus lados estava a civilização, do outro estavam os bárbaros.

Atrás de mim, a sul, ficava o coração do Reino do Meio, habitado pelo povo han. A norte, na distância que se estende para lá das montanhas, era onde a estepe e o deserto da Mongólia começavam, flanqueados à direita pela Manchúria e à esquerda pela região de Xinjiang.

Antes de a muralha existir, há uns 2500 anos, as montanhas a norte ofereciam alguma proteção aos han, que tinham desenvolvido sociedades estabelecidas nas terras férteis da planície do Norte da China. Mas grupos armados e, ocasionalmente, exércitos inteiros de todas as três regiões encontrariam sempre algum caminho pelas passagens das montanhas até às terras agrícolas planas dos feudos e de cidades como Pequim, Luoyang e Kaifeng. E assim, ao longo de séculos, os chineses viriam a desenvolver o símbolo quintessencial de “nós e eles” construído em pedra.

O proeminente sinólogo americano John King Fairbank criou aquela que, provavelmente, será uma das melhores descrições da Grande Muralha, ao chamar-lhe «uma linha de demarcação que separa a estepe do campo semeado, o nomadismo da agricultura, e o barbarismo da civilização». E isso adequa-se à atitude predominante do “sinocentrismo” da época – a crença de que a China era o centro cultural da Terra, bem como a civilização mais avançada. Os Han também acreditavam que o imperador da China era o único governante na Terra mandatado pelo próprio céu, e, por conseguinte, o legítimo imperador do mundo. Isso queria obviamente dizer que não só viam os outros governantes como subordinados, como também consideravam todas as outras civilizações inferiores. Vizinhos próximos de etnias diferentes deveriam ficar sob o domínio do imperador, embora pudessem ter os seus próprios líderes locais. Estados bárbaros próximos podiam ter reis, mas tinham de reconhecer ser inferiores ao imperador chinês. E mesmo em locais mais longínquos, como Xinjiang, Java e Japão, eram considerados “estados tributários” e tinham de pagar tributo ao Reino do Meio. Esta não era uma visão do mundo propensa a fazer amigos, mas não há dúvida de que influenciava pessoas, e durante longos períodos de tempo funcionou.

Ao longo dos séculos, a Grande Muralha melhorou a segurança da China, vinculando-a como entidade política e providenciando a estabilidade para

desenvolver terras agrícolas em regiões a ocidente e a norte. À medida que a muralha se estendia para ocidente, também protegia parte da Rota da Seda, estimulando, com isso, o crescimento económico. Na sua parte mais longa, e incluindo as muralhas paralelas, o sistema defensivo prolongava-se por mais de 21 mil quilómetros. Para se conseguir ter uma maior perceção da sua magnitude, isso é o equivalente a quatro muralhas paralelas umas às outras, cada uma delas a estender-se da costa este dos EUA até ao oceano Pacífico, e ainda a sobrar tijolos.

Embora o papel físico que teve na união do país tenha diminuído com o passar dos anos, manteve-se como um importante símbolo na consciência nacional. De tal maneira, aliás, que após os comunistas terem chegado ao poder, em 1949, Mao Tsé-Tung mencionou a muralha num poema acerca da Longa Marcha, intitulado «Monte Liupan», que inclui as linhas:

O céu alto, as nuvens pálidas,
Contemplamos os gansos selvagens a desaparecer em direção ao sul.
Se não conseguirmos alcançar a Grande Muralha não somos homens de verdade,
Nós que já percorremos mais de 10 000 quilómetros...

As palavras do penúltimo verso foram subsequentemente adaptadas num provérbio popular, que diz «Aquele que não consegue alcançar a Grande Muralha não é um herói», que significa «Se não conseguires ultrapassar grandes dificuldades, não és um herói».

O poema causou alguns problemas no novo regime, uma vez que, aparentemente, os comunistas tinham pontos de vista contraditórios relativamente à muralha – muitos viam-na como um símbolo do passado feudal da nação e acreditavam que deveria ser relegada para a história, chegando mesmo a encorajar as pessoas a vandalizarem-na. Contudo, tendo em conta o que Mao tinha escrito acerca da mesma, havia outros comunistas que queriam visitá-la, para demonstrarem estar no «espírito do presidente Mao». Se o leitor for à secção Mutianyu, conseguirá ver escrito no topo da montanha, em caracteres gigantescos, «Lealdade ao Presidente Mo». E a muralha foi incluída no hino nacional, adotado em 1949, para que ficasse bem claro que o partido reconhecia a sua importância histórica e cultural. De uma forma geral, limitavam-se a ignorá-la – pelo menos de início. Já durante a Revolução Cultural, os mais ferreiros dos Guardas Vermelhos destruíram ativamente secções da muralha – para eles, ela representava parte dos “Quatro Velhos”, que não tinham lugar na nova China: Velhos Costumes, Velha Cultura, Velhos Hábitos e Velhas Ideias.

Mao morreu em 1976, e com ele a Revolução Cultural. Após 1978, o novo líder, Deng Xiaoping, deu início a uma reconstrução metódica da muralha. Começou de forma lenta – os primeiros anos da era pós-Mao foram anos de precaução –, mas, por volta de 1984, ele sentia-se já suficientemente confiante para proferir as palavras «Amemos a nossa China e restauremos a nossa Grande Muralha». Neste esforço em particular, é provável que Deng já tivesse os olhos postos no turismo e na moeda estrangeira; a liderança comunista começava a aceitar determinados aspetos do capitalismo e estava bem ciente de quão atrasada tinha ficado em relação a outras partes do mundo. E assim foram promulgadas leis com o intuito de tornar ilegal danificar, remover ou escrever grafitis em qualquer parte da muralha, tentando simultaneamente proceder a uma reconstrução (com sucesso misto) e captar a atenção de possíveis visitantes.

A Grande Muralha desempenhou um papel fundamental quer na imaginação popular da China, quer do resto do mundo – embora alguns historiadores argumentem que os europeus estavam mais obcecados com a mesma do que os próprios chineses, e que isso tenha contribuído para uma consciencialização, e identificação, com a estrutura na própria China. Assim, a muralha foi instrumental na definição da China quer no exterior, quer dentro das suas próprias fronteiras.

Na verdade, a muralha nunca teve mais do que um papel medíocre em termos militares. Não há dúvida de que o seu sistema de alerta, as suas fortificações e as suas fortalezas estratégicas ofereciam alguma proteção, mas, como pudemos já verificar, estavam longe de ser impenetráveis. No entanto, o seu papel enquanto símbolo de defesa, de divisão dos Han dos “forasteiros”, foi inestimável; permanece, ainda hoje, como um ícone de uma cultura formidável e antiga.

Mas, e quanto à cultura formidável e moderna?

Qin Shi Huang, o fundador da dinastia Qin, foi bem-sucedido ao unir sete estados em guerra numa única China em 221 a. C., mas o facto de ter durado vinte e três séculos não significa automaticamente que conseguirá durar outros tantos.

O povo chinês não gosta de falar com pessoas de fora acerca dos problemas e das divisões do país. Enquanto o leitor não terá de ir muito longe para encontrar alguém, digamos, em Inglaterra ou em França, que terá todo o gosto em contar como o seu país se está a afundar, na China, criticar o Estado é considerado antipatriótico e humilhante. Claro está que, para além disso, também poderá ser uma atitude arriscada, uma vez que a China permanece como uma ditadura de um só partido.

A China tentou, durante séculos, controlar Xinjiang e os seus uigures, mas a população nunca aceitou completamente o domínio por parte de Pequim.



26

Nos últimos anos assistiu-se a um movimento em massa de colonos han na direção de Xinjiang, e dentro de alguns anos é provável que representem quase metade de uma significativa população de 22 milhões. Mas tal não aconteceu sem oposição. Os uigures queixam-se de serem excluídos dos melhores empregos e de serem perseguidos por milícias formadas dentro de indústrias de construção controladas pelo Estado, ocorrendo ocasionalmente motins e confrontos étnicos. Por vezes a oposição é levada a cabo pelo sistema legal, mas também existe uma pequena campanha terrorista, alimentada em parte por combatentes muçulmanos regressados do Iraque e da Síria. Crê-se que organizações jihadistas nas repúblicas da Ásia Central os ajudam com dinheiro e, se necessário, locais de refúgio. As campanhas de alarme soaram quando o grupo terrorista do Estado Islâmico lançou um vídeo onde se mostrava homens uigures a treinar no Iraque, prometendo plantar a sua bandeira na China e ameaçando fazer “correr rios” de sangue.

Na primavera de 2017 houve um surto de violência étnica na área entre os uigures e os han. Ao mesmo seguiu-se uma demonstração de força por parte de tropas governamentais fortemente armadas. O líder do Partido Comunista regional recomendou que os soldados «enterrassem os corpos de terroristas no vasto oceano da guerra do povo». O presidente Xi foi algo mais comedido, limitando-se a apelar à construção de uma “Grande Muralha de Ferro” para proteger Xinjiang e lançando um aviso para a intolerância relativamente à divisão étnica. «O amor que o homem sente pelos seus próprios olhos é o amor que deve sentir pela união étnica» – disse ele. No início de 2018, a versão de Xi para esta união baseou-se em decretar que um milhão de funcionários do Partido Comunista seriam enviados para viver com as famílias uigures locais. Os proprietários dessas “residências” forçadas são encorajados a desempenhar o seu papel no que toca às relações étnicas, apresentando aos seus “hóspedes” informação detalhada acerca dos seus pontos de vista políticos. É uma espécie de B&B chinês, com algo de “Ministério de Amor”, de Orwell, mas em que o Quarto 101 é a sua sala da frente.

Apesar de tudo, é pouco provável que Pequim perca o seu aperto de ferro. A região age como uma zona neutra, está na Rota da Seda e é completamente crucial para o comércio, para além de ter enormes reservas do carvão de que a China, esfomeada por energia, tanto necessita. Mas, mesmo assim, as autoridades estão seriamente preocupadas com o que aí acontece. Tamanhas divisões e divergências debilitam a imagem do Partido Comunista enquanto única fonte de poder e enquanto protetor do povo.

O mesmo é válido para o Tibete. Serve estrategicamente como uma zona neutra para o coração do país, evitando que a Índia domine os terrenos

elevados ao longo da fronteira – sem sombra de dúvida, os Himalaias servem de barreira, representando provavelmente o motivo pelo qual nunca houve um conflito maior entre as duas nações. Isso também permite à China proteger as suas fontes de água – o Tibete é apelidado, por vezes, de “Torre de Água da Ásia”, uma vez que tantos rios importantes fluem para fora da região.

Se se medir o Tibete pelas três províncias tibetanas, o mesmo terá cerca de dois milhões e quinhentos mil quilómetros quadrados, ou quase quatro vezes o tamanho da França, equivalendo assim a um quarto da área terrestre da China. No entanto, quando Pequim fala do Tibete, refere-se à Região Autónoma do Tibete, que foi estabelecida após a China derrotar o exército tibetano em 1950. Tem menos de metade do tamanho das três províncias originais, uma vez que o resto da área foi absorvida por outras regiões chinesas, e contém apenas um terço da população etnicamente tibetana da China.

Tal como acontece com os muçulmanos uigures, os budistas tibetanos mantêm um forte sentido de identidade separado dos chineses han. Mas, para ambas as regiões, desapareceu praticamente qualquer esperança de autogoverno. Estima-se que no Tibete metade da população seja hoje han. Será difícil obter números precisos, mas crê-se que existem cerca de seis milhões de tibetanos e seis milhões de han a viver na área como um todo. Nas cidades maiores eles vivem lado a lado, ainda que em muitos casos em bairros diferentes, embora nas áreas rurais os tibetanos constituam a maioria.

As divisões entre as etnias são algo que o Estado acredita conseguir controlar, desde que aqueles entre os han sejam acalmados. E são precisamente essas divisões que podem representar a maior ameaça às perspectivas de prosperidade e união a longo prazo na China. É uma ameaça levada bastante a sério pelo Partido Comunista. O mesmo aprendeu as lições da história e sabe o que acontece quando o Estado é enfraquecido por uma população fragmentada.

No século XIX, a China registou uma enorme mudança de rumo na forma como as suas negociações eram levadas a cabo. As rotas do comércio terrestre ao longo da Ásia Central tinham sempre sido a prioridade económica, mas agora as rotas marítimas tornavam-se na rota principal. Não se poderá dizer que esta mudança tenha sido efetuada completamente por escolha própria – os britânicos e outras potências internacionais tinham recorrido ao seu poderio militar para forçar condições comerciais favoráveis por parte da China. Como resultado, o foco do comércio passou para a costa do Pacífico, o que ajudou as comunidades dessa região a desenvolverem-se, enfraquecendo, contudo, as perspectivas de comércio no interior, o que, por sua vez, reduziu a quantidade de dinheiro gasto nas suas infraestruturas. Assim, enquanto as regiões costeiras

prosperavam, os agricultores pobres permaneciam pobres – e os estrangeiros iam-se tornando cada vez mais poderosos. Esse facto minou a autoridade central nas regiões e foi parcialmente responsável pela fragmentação do Estado. Com uma população tão dividida, o centro não conseguia aguentar. Uma China entretanto completamente enfraquecida estava agora desamparada, primeiro perante os colonialistas “bárbaros”, depois com uma guerra civil, e por fim com a invasão por parte do seu velho inimigo, Japão, com início em 1931.

Após a Segunda Guerra Mundial, quando os comunistas tinham ganhado a guerra civil, eles sabiam que, de alguma forma, haveriam de conseguir voltar a unir o país. Regimes comunistas não são conhecidos pelas suas tendências liberais nem por uma abordagem indiferente das regras e partilha de poder. Os estrangeiros foram expulsos e as altas patentes do partido foram para as capitais regionais. Sob a liderança de Mao, reprimiam brutalmente quaisquer sinais de dissidentes nas regiões e centralizaram todo o poder no partido sediado em Pequim, que, a partir de 1949, se tornou novamente na capital do país.

Muitos dos elos comerciais com o mundo desenvolvido foram cortados, o que resultou parcialmente naquele grande ideal comunista – igualdade. Aos poucos, as áreas costeiras foram-se tornando quase tão pobres quanto as do interior, resolvendo esse desequilíbrio particular entre as regiões. Excetuando grande parte da hierarquia partidária, a maioria das pessoas continuou pobre ao longo de várias décadas, enquanto Mao consolidava o seu poder e assumia o controlo de territórios que não fossem han.

Mao pode ter conseguido reunir o país, mas a custo do desenvolvimento, e precisamente quando as outras nações na região emergiam para a economia mundial e evoluíam rapidamente. Japão, Coreia do Sul, Singapura e outros estavam todos a ultrapassar a China em termos económicos, alguns inclusive no campo militar. Se essa tendência continuasse, ameaçaria simultaneamente a segurança defensiva da China e a sua coesão interna, assim que se tornasse aparente o quão para trás os chineses tinham ficado.

O sucessor de Mao, Deng Xiaoping, respirou fundo e arriscou: se os consumidores chineses eram demasiado pobres para comprar muitos dos bens que a China conseguia produzir, era necessário abrir novamente a economia ao mundo exterior. Isso significava fazer negócios através da costa do Pacífico, para que as regiões costeiras, uma vez mais, voltassem a prosperar com maior rapidez do que o interior, arriscando com isso a repetição das divisões dos séculos XIX e XX.

Foi, e ainda é, uma corrida em contrarrelógio. Também é uma estratégia que se baseia numa economia política que tem de manter o seu passo acelerado, independentemente do que quer que seja. A China tem de continuar

a produzir coisas. O mundo tem de continuar a comprar essas coisas. Se a procura diminuir, a China não se pode dar ao luxo, como qualquer sistema capitalista poderia, de parar de produzir essas coisas. Tem de manter a produção, manter as fábricas abertas, subsidiar os bancos; independentemente dos excedentes – tentando despachar alguns produtos para outros países a preços de revenda, vendendo ainda mais à parte da população doméstica que os consiga comprar. Simplesmente não pode permitir que o sistema pare, porque se o fizer, o mesmo poderá acontecer com o país inteiro.

Esta é uma versão capitalista fascinante do velho sistema do comunismo soviético, que produziu tantos tratores quantos o governo instruiu a fazer, independentemente de quantos fossem realmente necessários. Conseguiu retirar centenas de milhões de chineses da pobreza – a custo, contudo, de danos ambientais e do crescimento renovado da diferença entre a região costeira e o interior, os ricos e os pobres.



Distribuição de riqueza em todas as províncias da China, PIB *per capita* (2010).